

Confronto e construção de identidades: narrativas de palestinos e israelenses no cenário do conflito

Michel Gherman¹

Karina Stange Calandrin²

Resumo: Este artigo explora as dinâmicas das representações políticas e imaginações dentro do contexto do conflito contínuo entre palestinos e israelenses. O estudo se aprofunda nos reinos das representações culturais, materiais, afetivas e coletivas, bem como na significância das emoções e mentalidades no panorama sociopolítico. O objetivo principal é compreender como as paixões, mitos e emoções políticas contribuem para a reprodução social, relações de poder e mudanças políticas, particularmente no contexto de um conflito prolongado. Os autores argumentam que uma análise aprofundada desses elementos é crucial para a compreensão da construção e confrontação de identidades dentro do cenário israelense-palestino. Integrando os conceitos da nova história política, o papel ilumina a interação complexa entre narrativas históricas, mentalidades culturais e ideologias políticas, destacando finalmente seu impacto no tecido social e político das comunidades envolvidas.

Palavras-chave: Israelenses. Palestinos. Identidades.

Confrontation and construction of identities: narratives of Palestinians and Israelis in the context of the conflict

Abstract: This article explores the dynamics of political representations and imaginations within the framework of the ongoing conflict between Palestinians and Israelis. The study delves into the realms of cultural, material, affective, and collective representations, as well as the significance of emotions and mentalities in the socio-political landscape. The primary objective is to understand how passions, myths, and political emotions contribute to social reproduction, power relations, and political changes, particularly in the context of a prolonged conflict. The authors argue that an in-depth analysis of these elements is crucial for comprehending the construction and confrontation of identities within the Israeli-Palestinian scenario. By integrating the concepts of new political history, the paper sheds light on the complex interplay between historical narratives, cultural mentalities, and political ideologies, ultimately highlighting their impact on the social and political fabric of the involved communities.

Keywords: Israelis. Palestinians. Identities.

¹ Professor do Departamento de Sociologia, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e do programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador de pós-doutorado da Universidade Ben-Gurion of the Negev e doutor em História Social pela UFRJ.

² Professora de Relações internacionais no Insper e na Universidade de Sorocaba (Uniso), pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Relações Internacionais da USP e doutora pelo PPGR San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

Introdução

Nos últimos anos cresce a curiosidade e o debate acadêmico acerca de dinâmicas identitárias coletivas em diversos grupos étnicos, religiosos e nacionais. Tal percepção aponta para a necessidade de refletir sobre a maleabilidade destas dinâmicas identitárias que passam por mudanças, que muitas vezes ocorrem a partir de conflitos sociais internos, mudanças de paradigmas econômicos, ou mesmo a partir de conexões e interações com identidades coletivas exteriores, que frequentemente se apresentam em confrontos e disputas das mais diversas formas.

Este pode ser o caso das identidades árabes-Palestinas e Judaicos-Sionistas que permanecem em conflito mais ou menos aberto e constante desde finais do século XIX. Tal conflito é em última medida territorial, mas apresenta, ou pelo menos se utiliza, de outros elementos de distintas naturezas e que vão se alterando justamente na relação entre os dois grupos em confronto. Um desses elementos seria o efetivo pertencimento coletivo a uma “comunidade”, uma nação.

Judeus (e Israelenses a partir da reinvenção desta lógica de pertencimento) têm uma das mais longas “memórias”³ de identidade própria e coletiva. Tal pertencimento remontaria ao conceito particular de “povo escolhido” (DEMANT, 2001). Interessante notar que a relação com a Terra de Israel para os judeus está fincada em questões mais religiosas e míticas do que propriamente históricas e políticas, mantidas por traços culturais e religiosos nas mais diversas comunidades da “diáspora judaica”.

Assim o Sionismo foi apenas uma das fórmulas culturais, territoriais e sociais adotadas dentre as diversas estratégias históricas e culturais judaicas, tendo sido, porém, bem-sucedida levando a cabo a colonização judaica da Palestina e a formação de um Estado Judeu neste território. Tal sucesso se deu através da secularização de fórmulas religiosas, traduzidos em conceitos políticos e a partir da adoção de referências nacionais e políticas por um coletivo até então definido por referências hegemonicamente religiosas e culturais (KLATZKIN, 1970).

³ Aqui nos referimos ao debate proposto por Paul Ricoeur (2008) acerca da história, da memória judaica e do sentido da memória.

No caso do nacionalismo palestino a situação é distinta. Mediado por impressionantes dados de permanência histórica no mesmo território e por uma ideologia nacional de caráter regional e local, aqui elites religiosas e familiares locais tem primazia na formação identitária, ao mesmo tempo o movimento nacional palestino tem sempre dialogado com os movimentos de maior escopo em matéria de representação política e representatividade, como o pan-arabismo (DEMANT, 2001). Desta forma a existência de um coletivo com características locais ganha força política efetiva no campo das narrativas nacionais árabes por representar efetivamente, no imaginário nacional, ou pan-nacionalista, o *ethos* de resistência direta e constante contra o imperialismo e a ocupação estrangeira (KIMMERLING, MIGDAL, 1999).

A partir das perspectivas expostas acima, o elemento aproximador entre os dois movimentos consiste na ideia de que ambos, tanto no caso do Movimento Nacional Palestino quanto do Sionismo, a formação identitária tem relação com a posse exclusiva do Território a fim de construir e consolidar um Estado-Nação em um território que segundo ambas as narrativas se apresenta perpassado por justificativas legitimadoras de direito e origem (DEMANT, 2001).

Aqui propomos analisar a construção de narrativas nacionais Palestinas e Sionistas que a nosso ver expressam referências paralelas, sendo muitas vezes retroalimentadas uma pela outra e contendo uma forte conexão histórica pouco visível pelos atores e analistas comprometidos com perspectivas ideológicas específicas. Além disso, os próprios nacionalismos judeu e palestino se consolidam e reconstroem a partir de um diálogo permeado de conflito e violência, mas que estabelece influência e mudanças mútuas em ambas as comunidades.

2. Identidades e Território

Há que se perceber também que apesar de existirem tais paralelos históricos em relação a estes dois movimentos nacionais, há efetivamente, como foi dito acima, pouco conhecimento mútuo entre essas duas sociedades, israelense e palestina, que efetivamente compartilham o mesmo território nos últimos 70 anos. Desta forma, o aparecimento

constante de referências de vitimização coletiva nos discursos políticos dos respectivos grupos, os Palestinos com a Nakba e os judeus com o frequente uso político do Holocausto apontam para a construção de narrativas nacionais exclusivas em que ignorar as demandas dos respectivos “outros” nacionais significa em última instância garantir a justiça de cada uma das duas narrativas.

Abaixo um trecho do autor palestino Nur Masalha (2007, p. 36-37) que defende o paralelismo das posições, ao mesmo tempo em que aponta para a importância do debate perpassado pela vitimização e pelo sofrimento, recolocando a Nakba palestina em consonância com o Holocausto judeu:

A catástrofe da Nakba (expulsão de palestinos em 1948, a destruição deliberada de centenas de cidades e vilas palestinas e o reconhecimento do sofrimento de refugiados por mais de 50 anos) permaneceu um tema central na sociedade palestina da mesma forma que o Holocausto é um tema central para a sociedade israelense e nas comunidades judaicas.

Em realidade a falta de reconhecimento mútuo entre os dois grupos remonta a origem do movimento sionista, a dizer fins do século XIX e inícios do século XX. Como exemplo, podemos citar a clássica frase do líder sionista Israel Zangwill que se referia a Palestina como uma “terra sem um povo, onde há no máximo acampamentos de árabes nômades.”

Por outro lado, há a percepção palestina de que os judeus sionistas não passam de ocupadores europeus e brancos, que querem somente usurpar a terra em um movimento característico do Colonialismo clássico europeu. Ou nas palavras críticas de Edward Said (2003, p. 2):

[...] Israel era para a maioria dos árabes - e para os palestinos - um zero, algo inexistente, sua língua era desconhecida, sua sociedade inexplorada, seu povo e a história de seu movimento basicamente era estampada em slogans, frases de efeito e negação.

A relação deste desconhecimento mútuo entre Palestinos e Judeus-Sionistas-Israelenses não reflete ou estampa as profundas influências e conexões que aproximam e afetam judeus e palestinos no território compartilhado da Palestina- Israel. Enquanto para alguns autores, como Khalidi (1997) e Pappé (2006), há sinais de um nascente nacionalismo palestino autônomo já em meados do século XIX, como resultado dos sinais de enfraquecimento do Império Otomano e fortalecimento de identidades locais, para outros,

como Demant (2001) e Kimerling & Migdal (1999) a própria nacionalidade palestina tem origem com o desenvolvimento do movimento nacional judaico na Palestina e seus consequentes diálogos, tensões e efeitos nas populações árabes locais, a partir de inícios do século XX. Importante notar que é possível achar paralelismos já inclusive nos próprios conceitos-chaves na política palestina e israelense.

Alguns desses conceitos, essenciais na construção identitária sionista e palestina são os conceitos de diáspora e exílio. A historicidade dos conceitos é claramente distinta, mas é muito importante notar que em ambas as narrativas há a negativização do conceito de exílio, uma forte referência às diásporas judaicas e palestinas e a necessidade de superação histórica dessas etapas para viabilizar a construção de uma efetiva de uma identidade nacional. Dessa forma a utilização política de conceitos de diáspora pelos distintos grupos nacionais do território Palestina/Israel aponta a um importante paralelismo que deve ser estudado e suas consequências políticas investigadas.

Vários são os conceitos de diáspora e exílio no discurso político judaico – sionista hoje em Israel. Tais conceitos aparecem desde uma perspectiva amplamente anti-diaspórica concernente ao “Sionismo Clássico” ou ao “Sionismo Estatal”⁴ de Ben Gurion, onde o termo *Galut* é visto de maneira extremamente negativada, como uma etapa a ser superada de maneira definitiva na história judaica. Por outro lado, o debate acerca da dimensão diaspórica recebe outras tintas nas etapas conhecidas como “Sionismo Tardio” ou “Pós-Sionismo” (RAM, 2017), aqui alguns autores veem a gradual transformação do Estado de Israel, de uma Sociedade Sionista nos moldes da hegemonia trabalhista em uma sociedade com fortes referências do multiculturalismo. Nesta perspectiva o próprio uso do conceito *Galut* (diáspora-exílio) é substituído pelo termo *Tfutzá* (diáspora-origem), sendo assim ele é relegitimado nas perspectivas atuais da Sociedade Israelense (YONAH, 2005a).

Nas referências de Diáspora-*Galut* de Ben Gurion, nada mais lamentável do que a história judaica da *Galut*. Para ele esta se tratava de uma narrativa de dor, vitimização e

⁴ Aqui o autor divide as três fases de Sionismo na sociedade israelense em Sionismo Clássico, do período pré estatal, ou seja, até 1948, sionismo Estatal, das primeiras décadas do Sionismo, com franca dominação das estruturas estatais pelo Sionismo trabalhista e Sionismo Tardio (late Zionism) onde referências multiculturais passam a ser presentes na sociedade israelense (DEMANT, p. 209-214).

desespero que deveria ser lembrada somente como referência de superação, ser lembrada para ser esquecida, como vemos no trecho abaixo:

Galut significa dependência- dependência material, política, espiritual, cultural e intelectual, porque nós somos alienados, uma minoria banida de sua pátria. Nossa missão é romper radicalmente com essa dependência e nos tornar senhores de nosso destino. Em uma palavra nos tornarmos independentes. Ter sobrevivido a *Galut* não é suficiente, nós temos que criar condições necessárias para nos tornarmos um povo livre em nossa terra, já que chegamos aqui incompletos temos que alcançar pelo sionismo a completude nacional (BEN-GURION, 1965).

Por outro lado, o conceito de Diáspora - *Tfutzá* - aponta para uma legitimação das histórias e das memórias pregressas dos grupos étnicos e sociais que emigraram para Israel. Essa re-legitimação encerra uma considerável ruptura com as referências do sionismo clássico. Aqui se pode localizar a origem de tais mudanças a partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967, mas principalmente a partir da década de 1970 que sinaliza o início do fim da hegemonia secular - Ashkenazita - trabalhista em Israel. Neste sentido o termo *Tfutzá* se refere a uma relação de menor ruptura entre Israel e Diáspora e entre israelenses e suas origens étnicas, assim *Tfuzot* são de comunidades livres, que não têm como referência imperativa o mito secular e ashkenazita do Estado de Israel (NIMNI, 2003).

Também na sociedade Palestina a referência do Exílio e da diáspora é fundamental na construção de uma identidade nacional. Até a formação do Estado de Israel e o primeiro conflito armado entre os Estados árabes e o Estado Judeu, o nacionalismo palestino era caracterizado por sérias divisões internas entre “clãs e famílias, e entre camponeses, nômades e moradores das cidades”, além de marcantes contrastes regionais que devem ser apontados como causas de fraqueza na estrutura política do nacionalismo palestino, assim:

[...] A política permaneceu, com poucas exceções, a prerrogativa de um pequeno número de grandes famílias, cujos membros também exerciam a maioria das funções ideológicas, impedidos por desentendimentos internos se viram impedidos de dar uma resposta adequada ao desafio sionista (DEMANT, 2001, p. 232-233).

A partir do trecho acima, propomos duas dimensões distintas do nacionalismo palestino, a primeira a relação entre esfera de poderes locais e estruturas mais gerais de identidades palestinas. Cercados por sociedades árabes e Estados em formação os palestinos sofriam de “tensões localistas” que os impediam de desenvolver estruturas de poder efetivas no “nacionalismo palestino inicial”, ou seja, no período de formação do *Ishuv*. Para alguns

autores é justamente essa relação com o *Ishuv* judaico na Palestina que vai criar condições efetivas para o desenvolvimento do nacionalismo Palestino. Aqui utilizaremos mais um trecho de Kimmerling & Migdal citado no artigo de Demant (2001, p. 233-234):

É, portanto, difícil definir uma identidade coletiva árabe palestina coerente antes da chegada do Sionismo. Enquanto um patriotismo local rudimentar palestino pode ter existido antes do sionismo, é provavelmente correto dizer, mais do que tudo foi o confronto com o sionismo que criou uma trajetória palestina independente de seus vizinhos.

Se o combate ao sionismo foi um dos condicionantes para a formação de um nacionalismo palestino, foi justamente a criação do Estado judeu e o consequente desmantelamento da Sociedade Palestina existente no território do futuro Estado de Israel que reconfiguraram o nacionalismo palestino. Centenas de milhares de palestinos deslocados habitavam agora campos de refugados na Cisjordânia jordaniana ou a faixa de Gaza Egípcia. Aqui o sentimento de desterro, de exílio e de catástrofe foi parte fundadora do nacionalismo Palestino em sua segunda fase de desenvolvimento a “fase pré-Estado”. As frequentes referências ao exílio e as dores da Pátria, podem muito bem ser comparadas, no campo ideológico às referências sionistas, a perda da Pátria e ao sofrimento do exílio.

Esses usos políticos do exílio e a diáspora Palestina vão ser politicamente retabulados a partir do conceito de *Al haNakba*. Utilizado pela primeira vez pelo historiador sírio Constantine Zureiq (1948), em seu livro *Ma'na Al Há Nakba* (o significado da Catástrofe). A Nakba substituiu política e ideologicamente o conceito de *Hijra Al Filastinya*, êxodo da Palestina, apontando para a reconstrução de um nacionalismo palestino que cresce a partir da dor do exílio e luta a partir da diáspora pela reconstrução da pátria. O autor Edward Said (2003) propõe que o “exilado” percebe a si próprio como alguém “de outro lugar”, mesmo que a vida ao redor e as estruturas em que vive se apresentem acolhedoras, a afirmação do exílio reconstrói uma percepção de outro tempo, outro calendário e do eminente retorno a outro lugar: “O exílio jamais se configura como um estado de estar satisfeito, plácido ou seguro. Nas palavras de Wallace Stevens o exílio é ‘uma mente de inverno’ em que o *pathos* de outono e verão, assim como o potencial da primavera, estão próximos, mas são inatingíveis.” (p. 60).

A noção de Nakba substitui o simples êxodo. É uma tragédia, uma catástrofe. Deste momento em diante o movimento nacional palestino constrói sua identidade nacional a partir de fora, do exílio, da diáspora. A Nakba funda o compromisso do nacionalismo palestino com o retorno a terra perdida. Esta é uma narrativa nacional comparada à sionista de tal forma que, como foi visto acima, estabelece-se paralelos entre as duas “tragédias coletivas”, o Holocausto e a Nakba (FINKELSTEIN, 2001).

O estabelecimento do exílio palestino, a partir de 1948 cria condições para um desenvolvimento de estruturas nacionais palestinas que guardam similaridades com referências sionistas do processo de criação do Estado Judeu. Aqui podemos citar próprio ímpeto revolucionário dos jovens da chamada *Jilath Thawra* (juventude da revolução) (DEMANT, 2001) que renuncia a agendas mais sociais em nome do objetivo nacional, de retorno coletivo do exílio. Esta geração guarda sensíveis semelhanças com referências dos *chalutzim* (pioneiros sionistas–socialistas), que a partir do estabelecimento efetivo do *Ishuv* na Palestina renunciam a objetivos partidários específicos em nome do que Sternhell chama de “Socialismo–Nacionalista”, ou seja em ambos os casos perspectivas socializantes são abandonadas em nome de alianças com grupos nacionalistas por um objetivo nacional (STERNHELL, 1999).

3. Israel-Palestina: Ocupação e Sociedade Multicultural

Interessa-nos saber aqui quais as consequências para narrativas Palestinas e Judaico-Israelense-Sionista a partir da guerra de 1967, quando passa a haver um novo deslocamento de palestinos e Israel estabelece uma dinâmica de ocupação que afeta seu imaginário de Estado democrático. A chamada Guerra dos Seis Dias também altera gradualmente as relações internas do Estado de Israel, apontando para o fim da hegemonia política trabalhista e étnica *ashkenazita* do Estado Judeu.

A partir de 1967, com a ocupação Israelense dos territórios, Palestinos da Cisjordânia, de Gaza e de Israel passam a fazer parte de um mesmo território, ou de uma mesma “ocupação” estrangeira, a israelense.

A consolidação de uma força política aglutinadora dos Palestinos (a OLP) e a nova realidade de circulação por territórios Israelenses vai causar uma dupla reação, por um lado

sob influência dos Palestinos dos territórios ocupados, os cidadãos árabes de Israel vão passar por um processo de “Palestinização” (KIMMERLING, MIGDAL, 1999) se vinculando a posições mais radicalizadas já existentes entre Palestinos (ou cidadãos árabes israelenses) no interior do território Israelense, mas que estavam adormecidas, ou tinham pouco alcance social desde o armistício de 1949.

Por outro lado, os Palestinos dos territórios ocupados vão passar a depender cada vez mais da economia de cidadãos judeus do Estado de Israel, criando-se uma relação de dependência e exploração que vai inviabilizar a separação imediata, mas que vai, também aqui, fortalecer as relações colonialistas entre palestinos e Israelenses

A realidade dessas duas sociedades, a Palestina e a Israelense eram de contínua exclusão mútua. Os contatos entre as duas populações eram esporádicos e perpassados por referências de classe e por um profundo sentimento de desconfiança. Os processos de desconstrução de consensos da Sociedade Israelense eram timidamente sentidos quando se tratava de sua relação com os Palestinos. Os Palestinos por outro lado viam nos Judeus em Israel a encarnação de uma sociedade ocupadora e colonizadora negando o direito de sua existência a princípio.

Contrariamente à resistente versão de um sionismo inabalável, observamos uma historiografia crítica produzida em Israel. É justamente no período posterior a Guerra dos Seis Dias a partir dos anos de 1970, que grupos sociais específicos passam a “denunciar” que a sociedade que se forma em Israel, como resultado dos processos de imigração, colonização e conflitos da primeira metade do século XX, é parte de uma comunidade imaginária arquitetada por um sionismo de orientação secular e de origem europeia. Neste sentido o Estado de Israel, que serve como centro de inspiração para a organização comunitária de judeus em várias partes do mundo, possui uma sociedade na qual “versões homogêneas de Estado e Sociedade, Povo e Terra, Israelismo e Judaísmo acabam por implodir em diferentes versões contra-hegemônicas.” (YONAH, 2005b) abrindo espaço para uma reflexão crítica em relação ao sionismo a partir da produção acadêmica israelense.

Enquanto no Sionismo clássico as referências de continuidade entre a cultura do judaísmo diaspórico e o Estado de Israel eram fundamentais na construção identitária israelense, para autores vinculados às perspectivas mais críticas, teriam sido justamente

mecanismos de ruptura e não de continuidade que possibilitaram a aparente homogeneização da sociedade israelense, já que a consolidação da sociedade sionista está baseada na negação de três referências fundamentais: a diáspora, a religião e a cultura árabe (YONAH, 2005b). As novas identidades na sociedade israelense surgem a partir da comunidade pioneira proveniente de "*aliot* ⁵altamente ideologizadas." Neste sentido, o sionismo clássico baseava sua relação com as massas de imigrados recentes⁶, ou mesmo com comunidades judaicas da diáspora, a partir de uma dinâmica de "assimilação", onde "novos imigrantes [e comunidades judaicas da diáspora] deveriam deixar suas identidades originais e se vincular a novas posições sionistas de extração europeia (SMOOHA, 1993).

Os anos 1970 marcam uma forte transformação ideológica na sociedade israelense. Identidades coletivas judaico-sionistas que são vinculadas ao secularismo, ao *chalutzianismo* (pioneirismo) e ao coletivismo socialista (ou nacionalista-socialista) (*Kibutzim e Moshavim*) dos anos 1950 (STERNHELL, 1999) passam a ser questionadas e são vistas como marcas de grupos específicos que exercem dominação sobre grupos sociais mais tradicionais ou não-europeus que viviam à margem da elite judaica sionista e "pioneira". Neste período, o florescimento de forças políticas etnicizadas e tradicionalistas abrem brechas para um discurso étnico no interior do imaginário sionista, antes fortemente vinculado tanto a perspectivas étnico-nacionais quanto as homogenizadoras em versão sionista. Aqui o imaginário sionista idealizado como "homogeneidade e amálgama," é desafiado por novas perspectivas que incorporam referências de "heterogeneidade e conflito" na sociedade israelense nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (SMOOHA, 1993).

Entre os primeiros grupos sociais que apontam para a etnicidade crescente da sociedade israelense estão os judeus *mizrachim* (orientais) (SHAPIRA, 2004). Eles rompem com o consenso sionista *ashkenazita* (europeu) da sociedade israelense e alegam sofrer discriminação cultural já que as memórias coletivas de extermínio e perseguição dos judeus da Europa do leste se chocam com memórias romantizadas e de coexistência de judeus de origem árabe ou oriental. Se o sionismo clássico é assimilacionista, unicultural e visa

⁵ *Aliot* são imigrações organizadas de judeus europeus para colonizarem as terras da Palestina. Após a consolidação do Estado a palavra *alia* passa a se referir a qualquer tipo de imigração de judeus a Israel.

⁶ Aqui nos referimos a judeus de origem não europeia, provenientes de países árabes.

incorporar os imigrantes judeus de origem oriental na narrativa *ashkenazita* hegemônica antes da fundação do Estado, novas perspectivas ideológicas contemporâneas apontam para a viabilidade de uma sociedade israelense agora não apenas sionista, mas multicultural e multiétnica (SHAPIRA, 2004).

Enquanto alguns historiadores apontam para os riscos de uma sociedade judaica multicultural em Israel que “pode romper com os laços de solidariedade social construídos pelo sionismo” outros percebem que a incorporação de grupos sociais minoritários e culturalmente excluídos pode refundar a sociedade israelense a partir de princípios menos homogêneos e hierárquicos e, portanto, mais democráticos. Inegável é que nos últimos 30 anos houve grandes modificações na sociedade Israelense. Hoje as próprias escolas públicas sob orientação do ministério da educação⁷ de Israel incorporaram, em seus currículos, narrativas de grupos minoritários, tais como: “Tradição e História dos Judeus Orientais” e “Narrativa Palestina”⁸. Neste sentido, já há opiniões que afirmam que as últimas três décadas marcam o “fim da hegemonia *ashkenazita* em Israel” (KIMMERLING, 2001) e o início do multiculturalismo como novo paradigma ideológico da sociedade Israelense, que substitui os Mitos fundadores do Sionismo clássico (SMOOHA, 1993).

Nesse artigo pretendemos analisar o desenvolvimento histórico de ambas as narrativas nacionais no território Israelense e nos Palestinos sob ocupação Israelense. Intencionamos analisar os paralelos, semelhanças e diferenças nos discursos dos coletivos israelenses e palestino. Assim queremos analisar as mudanças nas narrativas judaico-sionistas-Israelenses e palestinas através das profundas transformações que a sociedade israelense passa na década a partir da década de 1970.

Interessa-nos aqui saber se a nova narrativa sionista, pós-sionista e antissionistas, legitimadas pelas perspectivas multiculturais do Estado Judeu afeta de maneira diferenciada

⁷ Em Israel há quatro grupos distintos de autonomia escolar: escolas públicas, frequentadas pela maioria das crianças do país; escolas públicas religiosas; escolas árabes e drusas, onde a língua de ensino é o árabe e escolas particulares, sob os auspícios de vários grupos religiosos e internacionais. A partir de 1953 o ministério da Educação de Israel permitiu o funcionamento de escolas judaicas religiosas ligadas diretamente a grupos religiosos. Com o passar dos anos esses grupos se tornam cada vez mais numerosos e ganham verbas do Estado, alguns exemplos: Agudat Israel, Shas e Chabad.

⁸ No dia 22 de julho de 2007 foram aprovados pela Ministra da Educação, Yuli Tamir textos tratam da Luta palestina e do conceito de Nakba para a tragédia palestina.

as estratégias políticas e de luta de três grupos distintos de palestinos: os dos territórios ocupados (sem cidadania israelense), os que têm cidadania israelense e que vivem nas cidades israelenses, e os que vivem nas diversas diásporas palestinas do Oriente Médio.

4. Debates de conceitos

A primeira categoria a ser problematizada neste artigo que lida com grupos étnico-culturais minoritário que reivindicam a diáspora o papel de construção nacional, é a própria definição deste conceito. Já na liturgia judaica tal categoria é crivada de elementos negativos⁹ e a diáspora é experienciada como resultado de pecados coletivos do Povo de Israel¹⁰. Da mesma forma, a moderna historiografia judaica reproduz tais perspectivas. O Historiador sionista Ben Zion Dinur afirma que a diáspora judaica é compreendida como um período “não produtivo e de trevas que deve ser superado”, sendo que o retorno coletivo à Terra de Israel a única garantia para a sobrevivência do Povo Judeu.

Dessa forma o sionismo e o Movimento Nacional Palestino estabelecem um olhar “desde o exílio” (SAID, 2003), em que a perspectiva de retorno a uma “pátria de origem” (HALL, 2008) está baseada na reconstrução de um *modus vivendis* nacional.

Nas últimas décadas, a compreensão de uma existência judaica fora de Israel, a partir de uma vivência temporária, de exílio, conectou-se fortemente a memória do Holocausto. Se um dos componentes fundadores do sionismo é, como propõe o historiador israelense Tom Segev, a “[...] percepção do antissemitismo como [um dos únicos elementos constantes da vida judaica na diáspora [...]]” (SEGEV, 2000). O trauma do Holocausto vai corroborar fortemente esta posição, se tornando parte integral da narrativa sionista. Dessa mesma forma o filósofo israelense Avraham Burg (2008) afirma que a noção do “Holocausto está sempre presente na memória coletiva judaica.”. O conceito de Memória coletiva é utilizado aqui a partir da perspectiva do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1992), que propõe que “[...] a memória coletiva é uma reconstrução do passado, com fatos e datas do tempo presente [...]”. Dessa maneira, ainda segundo Halbwachs:

⁹ “O Sofrimento da Galut (Diáspora) é maior do que todos os outros sofrimentos somados, vividos pelo Povo de Israel.” In: Deuteronomino, 43.

¹⁰ Utilizamos aqui o conceito Bíblico para o povo de Israel. Ver In: Êxodus 3.9-10.

A memória coletiva não tem nada em comum com fatos históricos compartilhados por comunidades históricas, ao contrário a memória coletiva está em oposição a história. [...] a memória coletiva não reconhece cronologia ou tempo ela existe é criada para justificar a fundação de um grupo ou um status social. [...] (p.18).

As perspectivas que entendem o conceito de diáspora associado a formas de exílio e de debilidade política começam a perder força com o próprio enfraquecimento da ideia de Estado Nação, na hoje chamada estrutura mundial globalizada. Neste sentido, as várias diásporas que surgem nos diversos processos de imigração no mundo globalizado, passam a ter suas próprias representações. Aqui o sociólogo Bernardo Sorj afirma (2009): “Enquanto as diásporas mais antigas tiveram que enfrentar a oposição do Estado nacional, na crise de legitimidade dos Estados democráticos capitalistas, a diáspora adquire uma nova forma de configuração e novas formas de ação e organização.” (p.5).

Nos novos modelos diaspóricos, o conceito de comunidade, como propõe Zygmunt Baumann (2001), ganha elementos de força e soberania. Novas comunidades se reorganizam a partir de novas definições. Se Benedict Anderson (2008) percebe que as nações são “comunidades imaginadas” que se consolidam a partir de uma relação com o passado comum imaginado, Stuart Hall (2008) reafirma a legitimidade de comunidades que se constroem a partir de novas opções identitárias, em que identidades culturais e étnicas são novas armas de transformação política: “O paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posições e contexto e não uma essência ou substância a ser analisada.” (p.21).

Assim quando Hall se diz um “intelectual diaspórico”, ele incorpora o lugar que o discurso eurocêntrico destina a ele, o lugar de negro. Neste sentido o conceito de diáspora que é recuperado pelos Estudos Culturais, não está ligado à ideia de retorno, de reconstrução de uma pátria desaparecida, mas na legitimação de identidades periféricas a partir da diáspora. Assim, a definição diaspórica não é mais o lugar de exílio, não é mais o lugar de fraqueza e deslocamento em direção à pátria ancestral, mas sim o lugar de força e resgate identitário. O próprio autor diferencia as perspectivas diaspóricas clássicas (relacionadas aqui com a diáspora judaica) de sua ideia de diáspora:

A diáspora não nos remete a essas tribos dispersas, ligadas a uma terra natal sagrada a qual todos devem retornar a qualquer custo, mesmo que implique em empurrar outros povos ao mar, esta é a antiga forma de diáspora, imperialista e

hegemonizante de etnicidade. Nós vimos o destino do povo palestino nas mãos dessa concepção de diáspora (e, junto com ela a cumplicidade do ocidente.) (HALL, 2008, p.31.)

Com relação ao campo da História política, analisaremos as transformações nas “racionalidades políticas” desenvolvidas frente aos contextos históricos do período. Mais especificamente, este conceito refere-se às transformações e/ou adaptações discursivas provenientes dos reordenamentos do contexto histórico do período frente a suas principais mudanças. Esta problemática é proposta por Pierre Rosanvallon (1995). Especificamente em nosso caso, pretendemos compreender como estes discursos se adaptaram ou foram repensados frente a eventos políticos específicos na realidade Israelense-Palestina. Buscamos então, “[...] reconhecer a que ponto os fenômenos superficiais da vida política [os eventos] dominam os fenômenos da vida econômica, intelectual e social [...]”, pois, “[...] o político englobaria o social, uma vez que as ações históricas estariam amplamente influenciando o campo social e discursivo [...]” (p.9-22).

Conclusão

Nossa proposta aqui foi lidar com representações e imaginário político, nesse sentido não podemos prescindir na análise de instrumentos que nos permitam analisar a partir da tradição da História Política o campo das paixões e dos mitos políticos. Por reconhecermos a dificuldade de tratar de tais referências, ao mesmo tempo em que entendemos a importância destas questões no campo da nova história política, já que as representações culturais, materiais, afetivas e coletivas, as mentalidades, as emoções têm consequências sociais, sendo a partir destas referências que se poderá melhor distinguir como os sentimentos e as paixões participam na reprodução social como nos conflitos, nas relações de poder e nas mutações da vida política.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEN GURION, David. The Facts of Jewish Exile. **Harper's Magazine**. September, 1965.

BURG, Avraham. **The Holocaust is Over We Must Rise From Its Ashes**. Nova York: Pallgrave MacMillan: 2008.

DEMANT, Peter. Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. Em DUPAS, Gilberto; Vigevani, Tullo (orgs) **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FINKELSTEIN, Norman G. **A Indústria do Holocausto**. São Paulo: Record, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KHALID, Rashid. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. Nova York: Columbia University Press, 1997.

KIMERLING, Baruch. **The End of Ashkenazi Hegemony**. Jerusalem: Keter, 2001. (Hebraico).

KIMERLING, Baruch; MIGDAL, S. Yoel. **The Making of a People**. Jerusalem: Keter. 1999. (Hebraico).

KLATZKIN, Yaakov. La Diapora no es Perdorable. Em **Fuentes Del Pensamiento Judio Contemporaneo**. Jerusalem: Organizacion Sionista Mundial, 1970.

MASALHA, Nur. **Expulsão dos Palestinos, O conceito de "transferência" no pensamento político sionista - 1882-1948**. São Paulo: Monitor do Oriente, 2021.

NIMNI, Ephraim. **The Challenge of Post-Zionism: Alternatives to Israeli Fundamentalist Politics**. London: Zed Books. 2003.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine: One Land Two People**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RAM, Uri. **Israeli Sociology: Text in Context**. Cham: Springer Verlag, 2017.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, v.15, n°. 30, 1995.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaio**s. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEGEV, Tom. **The Seventh Million: The Israelis and the Holocaust**. Nova York: Holt Paperbacks, 2000.

SHAPIRA, Anita. **Israeli Identity in Transition**. Londres: Praeger Press, 2004.

SMOOHA, Sami. Class, Ethnic, and National Cleavages and Democracy in Israel. Em SPRINZAK, Ehud; DIAMOND, Larry (org.). **Israeli Democracy under Stress**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1993.

SORJ, Bernardo. **Judaísmo Para Todos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

STERNHELL, Zeev. **The Founding Myths of Israel: Nationalism, Socialism, and the Making of the Jewish State**. Princeton Univ. Press, 1998.

YONAH, Yossi. Israel as a Multicultural Society: Challenges and Obstacles. **Israel Affairs**, v. 11, n. 1, jan. 2005a.

YONAH, Yossi. **Virtue of Difference: The Multicultural Project in Israel**. Jerusalem: Van Leer. 2005b. (Hebrew)

ZUREIQ, Constantine. **The Meaning of The Nakba**. Beirut: Dar El-Ilm lilMalayin, 1948.